

BIOPODER, CUIDADO E ARRANJOS FAMILIARES: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE HOJE

Eudivânia de Oliveira¹

Marina Nucci²

A proposta deste dossiê emerge da necessidade de tratar questões intrínsecas às relações de gênero e sexualidade em curso na nossa sociedade, que permeiam e estruturam instituições que não só criam expectativas sobre sujeito(a)s sociais concreto(a)s, mas que também ditam e prescrevem modelos e formas de ser/estar em sociedade. Ao tratarmos de temas como cuidado e arranjos familiares – dimensões atravessadas pelo biopoder (FOUCAULT, 1988[1976]) –, estamos lidando com projetos de humanidade. Ao mesmo tempo, caminhamos junto às negociações, em plena disputa nas práticas cotidianas, entre sujeito(a)s frente a essa estrutura. Por esse motivo, urge integrar outro(a)s e mais sujeito(a)s na disputa por reconhecimento de humanidades.

Tratar desta temática consiste também em dialogar com a riqueza de possibilidades teórico-metodológicas por ela interpeladas. Desde seu princípio, os estudos feministas se esforçaram para desvincular a ideia de família e maternidade dos determinismos biológicos, atentando para os significados culturais, sociais e simbólicos que a experiência da contracepção, por exemplo, engendra na vida das mulheres (BEAUVOIR, 2014[1949]; BADINTER, 1985). Com o desenvolvimento do campo dos estudos de gênero, nas ciências humanas e sociais, a separação analítica entre família, sexualidade e reprodução passou a ser cada vez mais explorada.

Atualmente, sobretudo através da perspectiva interseccional, compreendemos a importância de pensar as relações de cuidado enquanto fenômeno polissêmico e modulado através de marcadores sociais da diferença, tais como gênero, orientação sexual, raça, classe social, geração e território (CRENSHAW, 2002; BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008; MOUTINHO, 2014).

Vejamos, por exemplo, como o cuidado com crianças pequenas, que quase sempre recai sobre a figura da mãe, é tradicionalmente foco de intenso escrutínio e vigilância médica e do Estado. Como observa Camila Fernandes (2020) em sua análise sobre a *mãe nervosa* em favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro, acusações feitas a *mães ruins* têm o efeito de apagar marcadores sociais da diferença e as desigualdades de classe, gênero, raça e território materializadas na vida das mulheres. Além disso, mulheres mães e pessoas engajadas em circuitos de cuidados integram um

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e vice-coordenadora do Laboratório de Estudos em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidades – LEGRAR-URCA. Email: eudivaniasilva@gmail.com

² Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutoranda no Instituto de Medicina Social (IMS/ UERJ). Bolsista Faperj Nota 10. Email: marinanucci@gmail.com

grupo social fortemente impactado pela reconfiguração das relações de trabalho e convívio contemporâneas.

Desse modo, a proposta deste dossiê efetiva-se diante de pesquisas nas quais diferentes experiências de família, cuidado, maternidade e paternidade aparecem como objeto importante de reflexão, agregando-se a esses temas análises da conjuntura das relações de gênero que ganham visibilidade ou são aprofundadas em cenários como o que vivenciamos hoje. Assim, os sujeitos e relações abordados nos artigos aqui reunidos nos apresentam olhares além das normas e cristalizações de gênero e sexualidade, possibilitando aos leitores olhar, como num caleidoscópio, para um mundo aparentemente privado e íntimo que revela o caráter inovador de experiências quando o que está em jogo é resistir e existir.

O dossiê é composto por quatro artigos. No primeiro deles, intitulado *Nem bom, nem mau: reflexões sobre “arranjos de cuidado” materno em dois contextos de pesquisa*, Natalia Fazzioni discute a respeito da maternidade e de práticas de cuidado a partir de dois campos de pesquisa. O primeiro campo é uma unidade de atenção primária à saúde localizada em um conjunto de favelas do Rio de Janeiro. O segundo é uma plataforma online sobre saúde de gestantes e bebês que conta com a interação de usuárias através de fóruns de discussão. Considerando que cada contexto evidencia distintas formas de experimentar e dar sentido à maternidade, a autora problematiza a ideia – frequente em *prescrições* do campo da saúde – de que haveria um princípio universal definidor de um *bom* ou *mau* cuidado. Assim, os casos trazidos no artigo, a respeito da alimentação de bebês (com leite materno, fórmula e/ou leite de vaca), são ilustrativos da tensão entre um *ideal* (de saúde, mas também moral) e os desejos e possibilidades que se dão em cada contexto. Por isso, Fazzioni sugere o uso da categoria *arranjos de cuidado* para compreender como se dão tais cuidados na prática, a partir de negociações e ressignificações.

No segundo texto, “*O nome dele é Gustavo e ele é a minha mãe*”: *reprodução e parentesco entre homens trans que engravidaram*, de Anne Alencar Monteiro, temos uma discussão sobre as concepções de maternidade, paternidade e masculinidade para homens trans que passaram pela experiência de gestação. A partir de uma pesquisa composta por entrevistas e observação participante em espaços de sociabilização de homens trans na cidade de Salvador, Bahia, a autora traz a história de quatro homens trans. Este é o caso, por exemplo, de Gustavo, que dá título ao artigo. Tendo tido sua filha antes de passar pelo processo de transição de gênero, Gustavo continua sendo chamado de *mãe* por ela, o que exigiu uma reinterpretação deste papel a fim de conciliá-lo com sua masculinidade. Assim, através destas trajetórias, Monteiro reflete sobre o embaralhamento de fronteiras entre feminino e masculino proporcionado pela gravidez transmasculina, e as dinâmicas de parentesco, negociações e tensões em torno de categorias como *mãe* e *pai*.

O terceiro texto é *Noções de violência obstétrica entre ativistas: a conformação de uma gramática moral do parto (e da maternidade)?*, de Mariah Aleixo. Nele, a autora reflete sobre a categoria de violência obstétrica, termo utilizado pelo ativismo pela humanização do parto para denunciar práticas consideradas desnecessárias (pois sem respaldo científico) e/ou desrespeitosas, realizadas por profissionais da saúde em gestantes e parturientes. O termo carrega diferentes sentidos, uma vez que a percepção sobre o que pode ou não ser considerado um parto violento é sempre atravessada por dimensões como classe e raça. Não por acaso, é possível notar um processo de *pedagogização* a respeito da categoria por parte do movimento do parto humanizado. Assim, a partir de entrevistas em profundidade com três ativistas de Porto Alegre (RS), Aleixo analisa a conformação moral do que seria uma *gestante ideal* (e futuramente, de uma *mãe ideal*) nos discursos sobre violência obstétrica. Em seu artigo, portanto, ela procura problematizar tais dimensões morais produzidas pela categoria, expressas em ideias – que vão se tornando *normas* – como a de que a gestante deve procurar ativamente informação, se educar, se *empoderar*, tomar suas decisões sobre seu parto e buscar profissionais de saúde que as respeitem.

Por fim, o artigo de Alessandra Teixeira e Mel Bleil Gallo, *Nosso útero, nosso território: justiça reprodutiva e lutas decoloniais por aborto e maternidade*, coloca em diálogo eventos reprodutivos aparentemente opostos, atravessados por mecanismos contemporâneos do biopoder: a maternidade e o aborto. As autoras fazem um paralelo entre dois grupos. O primeiro é o *Movimento Independente Mães de Maio*, de mães que tiveram seus filhos assassinados pela violência policial nas periferias de cidades de São Paulo. Neste movimento, como observam as

autoras, o útero é evocado como o símbolo da maternidade que foi expropriada pela violência e pela necropolítica (MBEMBE, 2018) do Estado. Já o segundo movimento é a *Red Compañera - Red Feminista Latinoamericana y Caribeña de Acompañantes de Abortos*, grupo feminista que articula uma política em defesa do direito a abortos seguros, gratuitos, livres, informados e autogestados. Acionando a noção de justiça reprodutiva, Teixeira e Gallo observam como ambos os movimentos desestabilizam a condição de vítima – seja através da reivindicação da maternidade, seja através da reivindicação do aborto –, e possibilitam a concretização de um projeto de justiça reprodutiva decolonial, feminista e antirracista.

A partir deste conjunto de artigos, procuramos trazer contribuições atuais para o campo dos estudos de gênero e sexualidade, por meio de trabalhos com diferentes abordagens e perspectivas teóricas do campo socioantropológico, que nos trazem reflexões acerca de temas como cuidado, reprodução, famílias, maternidades e paternidades. Os trabalhos apresentados no dossiê problematizam e tensionam as normas morais que envolvem tais temáticas, ao mesmo tempo em que nos oferecem valiosos exemplos de questionamentos, reapropriações e resistência. Diante de um contexto social em que somos submetidos/as diariamente à falta de empatia, afeto e reconhecimento da dor e luta do(a) *outro(a)*, acreditamos que os textos nos apresentam a humanidade em seu melhor estado, ou seja, aquela que se constitui em relação e reciprocidade às(aos) suas(seus).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014 [1949].
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 239-276, 2006.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, p. 171-188, 2002.
- FERNANDES, Camila. “Aí eu não aguentei e explodi”. A expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela. *Etnografias Contemporâneas*, San Martín (Argentina), ano 6, n. 10, p. 154-178, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 [1976].
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 201-248, 2014.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.